

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação e do Desporto
Paulo Renato Souza

Presidente da Fundação CAPES
Abílio Afonso Baeta Neves

M E C
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol.3 N° 3-4 julho/dezembro 1995

O boletim Informativo é uma publicação técnica, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos que

Editor Responsável

Fernando Spagnolo - Coord. Geral-DAV

Conselho Editorial

Jacira Felipe Beltrão - DED

Sonia Maria Espindola Rodrigues - PR

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

INFOCAPES - Boletim Informativo da CAPES

VOL.3 - Nº 3-4- Brasília CAPES, 1995

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDU 378

ISSN 0104 - 415X

Bol. Inf., Brasília, V.3, Nº 3-4, p. 01-38 jul./dez. 1995

discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades, comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Mantém seção com a lista de bolsistas sem vínculo empregatício, que estão concluindo seus cursos, e espaço para oferta de oportunidades de trabalho acadêmico. Na seção “CAPES Responde” divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Projeto Gráfico

Modonovo Design Ltda.

Produção e Distribuição

Editora UnB

Cadastro de Assinaturas

Catarina Glória de Araújo Neves - ACD

Periodicidade

trimestral

Tiragem

4.000 exemplares

Endereço para correspondência:

CAPES

Divisão de Estudos e Divulgação Científica (DED)

Ministério da Educação e do Desporto

Anexo II - 2º andar

70 047-900 - Brasília - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **5**

ESTUDOS E DADOS **6**

Bolsas de Estudo no Exterior: um Programa Estretégico e os Ajustes Necessários
Fernando Spagnolo

DOCUMENTOS

Mestrado Profissional
O Novo CTC

OPINIÃO

O Projeto Norte de Pós-Graduação: um Trabalho a ser Consolidado com Ênfase na Fixação de Pessoal Formado
Cristovam W. Picanço Diniz

INFORMES CAPES

Regulamentação do INFOCAPES
Membros do Conselho Técnico Consultivo da CAPES
Novos Representantes das Áreas de Conhecimento
Novos Cursos de Mestrado e Doutorado
Programa RH-Metrologia
Programa PROIN

MERCADO DE TRABALHO ACADÊMICO OFERTA

MERCADO DE TRABALHO ACADÊMICO DEMANDA

CAPES RESPONDE

APRESENTAÇÃO

Neste número do Boletim Informativo são apresentados documentos que sinalizam importantes etapas no contínuo aperfeiçoamento das atividades da CAPES. Referimo-nos à aprovação pelo Conselho Superior de normas que flexibilizam o modelo de pós-graduação em nível de mestrado e que redefinem o papel e o formato do Conselho Técnico-Científico.

O grau de mestre passa a acolher as duas vertentes originalmente previstas no histórico Parecer do Prof. Newton Sucupira, constituindo-se uma etapa preliminar à obtenção do doutorado, outra em terminalidade de formação profissional. Embora formalmente idênticas como níveis de formação profissional pós-graduada, podem diferir na composição do corpo docente, na orientação curricular, nos arranjos institucionais e na forma de financiamento. A CAPES passará a recomendar, acompanhar e avaliar também esse tipo de cursos, nos termos dos condicionantes e requisitos estabelecidos pelo Conselho Superior para assegurar-lhes a qualidade que caracteriza o sistema de pós-graduação.

O Conselho Técnico-Consultivo (CTC) ao invés de ser constituído pelos 42 (quarenta e dois) representantes de áreas, passou a operar com 2 (dois) representantes para cada uma das oito grandes áreas de conhecimento. Com a participação, ainda, do representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e da Associação Nacional de Pós-Graduandos, o novo CTC terá fortalecida sua função como órgão central na formulação de política institucionais bem como na implementação e acompanhamento de todos os processos de avaliação e julgamento realizados pela CAPES.

ESTUDOS E DADOS

BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR: UM PROGRAMA ESTRATÉGICO E OS AJUSTES NECESSÁRIOS

*Fernando Spagnolo **

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Bolsas de Estudo no Exterior é um dos mais antigos da CAPES e representa a aplicação de uma idéia muito simples e que já teve inúmeras e variadas concretizações na história da academia: aprender com alguém que realmente sabe é mais rápido, barato e proveitoso de que aprender com quem sabe um pouco, ou aprender sozinho. Mesmo que esse alguém deva ser buscado no exterior.

Vejamos alguns exemplos da história antiga e mais recente. É conhecido o sucesso dos filósofos gregos no mundo romano e a intensa circulação entre Atenas e Roma de mestres e alunos que não se deixavam intimidar pelas fronteiras geográficas e barreiras lingüísticas para ensinar, quando convidados, e para buscar o saber cultivado em outras terras.

Antes do aparecimento das universidades, no final do século X, a famosa Escola de Medicina de Salerno, no Sul da Itália, já reunia alunos vindos do norte da Europa e do mundo árabe. As universidades medievais, sobretudo as mais importantes, como Paris, Bolonha, Montpellier, sempre mantiveram esse aspecto internacional, facilitado pela língua franca da cultura, o latim. A própria organização interna das universidades em “nações” ajudava a manter as características lingüísticas e culturais dos grupos de diferente origem geográfica.¹

No período colonial, os brasileiros também procuravam os estudos de alto nível na Europa, sobretudo na Universidade de Coimbra para direito, e na Universidade de Montpellier para medicina ou ciências. Estima-se que cerca de 2.500 estudantes brasileiros se graduaram na Universidade de Coimbra entre 1577 e 1822 (Ferreira, 1966). Com o aparecimento das universidades modernas, nos moldes da Universidade de Berlim, calcula-se que cerca de 10.000 *scholars* americanos foram para a Alemanha, durante o século XIX, realizar estudos pós-graduados e aprender a fazer pesquisa (Berelson, 1960).

O exemplo mais conhecido e mais espetacular de ir aprender no exterior, entretanto, é certamente o do Japão, na segunda metade do século passado, logo em seguida à restauração da dinastia Meiji. A partir dessa reforma, em 1868, o governo japonês tomou a decisão de mandar, após cuidadosa seleção, 400 jovens brilhantes estudar no exterior a cada ano. Isto além de convidar centenas de docentes universitários da Europa e dos Estados Unidos, pagando-lhes salários mais altos do que os dos ministros japoneses. Assim em 1890 o Japão já era auto-suficiente em recursos humanos.

* Coordenador de Estudos e Divulgação Científica da CAPES e Professor da Universidade Católica de Brasília.
Parte das análises deste trabalho foi possível graças à sistematização dos dados mais recentes sobre bolsas no exterior realizada por Sonia Espínola e Takako Matsumura Tundisi. O autor agradece também a valiosa colaboração de

¹ Como relata Verger (1990, p.61), isso também provocava choques entre as diversas nações, como os conflitos entre “setentrionais” e “meridionais” em Oxford que levaram, em 1274, à supressão dessas duas nações. Ou as várias tentativas, sempre em vão, da nação francesa de procurar impor sua preponderância às outras nações na Universidade de Paris.

Jacira Beltrão na confecção final do trabalho e de Raimundo Tadeu Corrêa pela minuciosa revisão do texto. As idéias aqui expressas representam o ponto de vista do autor e não, necessariamente, da CAPES.

No Brasil, o intercâmbio acadêmico mais sistemático e articulado com o exterior começou a aparecer com a vinda de professores estrangeiros para a USP, em meados da década de trinta. Mais tarde, na década de 50, as fundações Rockefeller e Ford e, no final dessa década, a Comissão Fullbrigh, iniciavam seus programas de envio de bolsistas para o exterior.

2. DA CAMPANHA À FUNDAÇÃO: UM PROGRAMA QUE SE CONSOLIDA²

Dentro do contexto de um plano global e ambicioso de desenvolvimento econômico e social e de reorganização da burocracia estatal, é que são criados em 1951, com intervalo de poucos meses, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como relata Córdova (1995, p.10), no Decreto Presidencial que criava a Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, eram declarados os seguintes objetivos:

“1. Assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.

2. Oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”.

O artigo terceiro do decreto especificava as atividades a realizar para alcançá-los:

“a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados”.

O então Ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, em entrevista coletiva à imprensa divulgando a Campanha reconhecia que

² Boa parte desta seção inspirou-se no trabalho, em andamento, de Rogério de Andrade Córdova: “A CAPES e sua Trajetória”.

“a urgência de preparar equipes de especialistas nos vários ramos de atividade é tão grande que não podemos aguardar o lento resultado do nosso atual sistema escolar. [...] Toda obra do ensino superior do país terá de ser ampliada, enriquecida e estimulada nos seus fins e nos seus meios”.

Impunha-se mobilizar e ampliar os recursos existentes, formando quadros “nos mais altos centros universitários do estrangeiro”.

Fazia eco a essas palavras Farias Gois - Conselheiro da Comissão que tinha Anisio Teixeira como Secretário Geral - que sugeria:

“No plano nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, que cabe à comissão organizar, cumpre, assim, ter em vista um conjunto de medidas capaz de influir decisivamente para a manutenção dos padrões de nossas escolas superiores e, se possível, para elevá-los. Para que isto seja conseguido, será necessária uma transformação radical das condições em que se vem exercendo o ensino superior”.

Estava assim delineada a missão específica da CAPES que se manteve inalterada até hoje: preparar pessoal especializado para suprir as deficiências do país e, em particular, do ensino superior, através de programas de bolsas de estudo no país e no exterior; apoiar a implantação e o desenvolvimento da pós-graduação; e zelar pela sua qualidade.

Na década de cinquenta, a estrutura organizacional da CAPES era simples. Além do Secretário Geral havia o Diretor de Programas, responsável pelo Programa Universitário (PgU) e pelo Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC). Os dois programas dispunham de dois serviços: o Serviço de Bolsas de Estudo e o Serviço de Estatística e Documentação. Os programas e os serviços acima contavam com o apoio de um Serviço Administrativo. No total, uma trintena de funcionários.

As atividades do Serviço de Bolsas de Estudo foram-se desenvolvendo progressivamente. Além de recrutar e selecionar seus próprios bolsistas, o Serviço de Bolsas preocupava-se em divulgar informações sobre bolsas concedidas por outras entidades, e para este fim começou a publicar, em 1953, o “Boletim de Informações Sobre Bolsas de Estudo”. No primeiro número desse Boletim (CAPES, 1953-a, pp.2-3) é apresentada, como resultado de um levantamento feito pela Campanha, a relação de 26 Entidades que no País concediam bolsas. Constam dessa relação - além da própria CAPES - o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o CNPq, o INEP, o DASP, o Conselho Nacional do Petróleo, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, a Fundação Getúlio Vargas, as Embaixadas da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, o Conselho Britânico, a Fundação Rockefeller.

O mesmo Boletim informa que a Fundação Getúlio Vargas concedeu em 1951 e 1952 um total de 130 bolsas de estudo, sendo 11 a funcionários da própria Fundação para se especializarem em Administração Pública no exterior.

Nesses programas pioneiros, as oportunidades oferecidas aos bolsistas eram bem mais modestas do que as atuais e não contemplavam os vários tipos de benefícios que, com o tempo, foram agregados às bolsas. Informando sobre as bolsas para estrangeiros oferecidas por algumas universidades americanas, o Boletim alerta:

“Quase todas as bolsas se resumem na gratuidade das taxas escolares, cujos valor varia de 600 a 1.000 dólares anuais. Poucas bolsas incluem as despesas de alimentação e alojamento. Em qualquer caso, porém, o custeio da viagem de ida e volta entre o porto de partida e o destino nos Estados Unidos corre por conta dos interessados” (CAPES, 1953-b, p.5).

Melhores eram as condições das 25-30 bolsas de estudo “normais” (um dos três tipos de bolsas oferecidos) anualmente colocadas à disposição pelo Serviço Cultural da Embaixada da França:

“...consistem em 25.000 francos mensais, indenização das despesas de alojamento que ultrapassem 6.000 francos, taxas escolares e viagem de volta, em navio, de segunda classe”. (Idem, p.10).

A CAPES concedeu suas primeiras duas bolsas de aperfeiçoamento no exterior em 1952. No ano seguinte foram 54 bolsas, e depois, 72. Nos primeiros três anos de funcionamento do Serviço de Bolsas (1952-1954) foram concedidas 211 bolsas, das quais 128 (60%) para o exterior.

O total de bolsas - no país e no exterior - soma, em 1960, a 485. O programa não ficou imune à instabilidade política dos primeiros anos da década de 60, e o total de bolsas estava reduzido, em 1963, a 281.

Até 1974, o programa de bolsas para o exterior manteve proporções relativamente modestas. Nesse ano, foram concedidas 138 bolsas. Foi na segunda metade da década de 70 que o programa passou por um processo de crescimento exponencial, estabilizando-se, no início dos anos 80, no patamar de cerca de mil bolsas, entre novas e renovadas, sendo que 75%, em média, eram para o doutorado.

O Gráfico 1 mostra que a fase de expansão atingiu um teto, nos anos de 1988 a 1990, onde eram mantidos no sistema cerca de 2.200 bolsistas. A partir de então esse número foi se reduzindo progressivamente.

Erro! Vínculo não válido.

Na Tabela 1, que mostra a evolução das bolsas por nível de estudo, podemos observar que houve um decréscimo na participação percentual das bolsas de mestrado e de especialização, e uma participação maior das bolsas de doutorado sanduiche³.

TABELA 1 - BOLSISTAS DA CAPES NO EXTERIOR POR NIVEL (1984-1995)

Erro! Vínculo não válido.

ESPEC. - Especialização; SAND. - Sanduiche; PÓS-DOUT. - Pós-Doutorado

Em termos de países de destino dos bolsistas, a tradicional primazia dos Estados Unidos, que em 1984 absorvia 42% das bolsas, foi diminuindo progressivamente. Em 1989, seu volume de bolsistas já era igualado pela França, e superado nos quatro anos seguintes. A Grã-Bretanha sempre manteve a terceira posição, com uma participação constante de cerca de 20% do total de bolsistas. Hoje a diferença entre esses três países não é significativa, reduzindo-se a pouco

³A modalidade de bolsa conhecida como “sanduiche” contempla um período de estudo no exterior, geralmente de um ano, para doutorandos que realizam seu curso (créditos e tese) no país.

mais de um ponto percentual em favor dos Estados Unidos em relação à França e a cinco pontos em relação à Grã-Bretanha.

3. A DIMENSÃO ATUAL DO PROGRAMA

O Brasil já tem uma tradição consolidada de enviar estudantes para o exterior, sobretudo através da CAPES e do CNPq que hoje mantém cerca de três mil bolsistas fazendo pós-graduação fora do país. Esse programa, por sua magnitude e continuidade certamente impressiona os países vizinhos da América Latina, mas assume proporções bastante modestas se comparado com a agressividade dos programas dos tigres asiáticos.

Há vinte anos, quando os bolsistas da CAPES e do CNPq somavam a pouco mais de 500, cerca de seis mil estudantes coreanos estavam em universidades estrangeiras, sobretudo nos Estados Unidos. Uma década depois, quando o Brasil tinha cerca de dois mil bolsistas no exterior, Malásia, Coréia do Sul e Taiwan, mantinham cada um entre 18 e 25 mil estudantes no exterior. Se enviássemos a mesma proporção que Coréia e Taiwan deveríamos estar hoje com setenta mil bolsistas no exterior (Castro e Spagnolo, 1990).

A situação atual, ao final de 1995, é apresentada na Tabela 2. Em termos de níveis de estudo, predomina o doutorado integral (80%) ou na forma “sanduiche” (9%). Os mestrados (5%) dizem respeito sobretudo a cursos na área de Artes, em sua grande maioria nos Estados Unidos.

Hoje os bolsistas brasileiros estão espalhados em 24 países, mas com grande concentração (72%), como já visto, em apenas três; há um segundo grupo de países, composto por Espanha, Alemanha e Canadá, que absorvem 19% do total; e um terceiro grupo, com Portugal, Bélgica, Itália e Holanda, com 7% dos bolsistas. O restante 2% está disperso em 14 países.

TABELA 2 - BOLSISTAS NO EXTERIOR POR NÍVEL DE ESTUDO - 1995

Erro! Vínculo não válido.

ESPEC. - Especialização; SAND. - Sanduiche; PÓS-DOUT. - Pós-Doutorado

A Tabela 3 mostra qual foi a demanda de bolsas para 1955, e a concessão por área e país. O atendimento à demanda, no global, foi da ordem de 30%. Metade das bolsas, aproximadamente, foram distribuídas entre as áreas humanas e sociais e metade entre as áreas científicas e tecnológicas.

No primeiro grupo, surpreendentemente, destacam-se as Artes (6,6% do total das concessões), seguidas de Economia (6,0%), Sociologia (4,1%), educação (3,9%), Lingüística (3,5%), Administração e Psicologia (ambas com 2,5%). Considerando a relação concessão/demandra, são as áreas de Letras e Lingüísticas que apresentam os índices mais elevados de demanda atendida. Seguem Sociologia e Educação. Do lado oposto, com menor número de concessões em relação à demanda, encontramos as áreas de Administração, Comunicação, História, Economia, Arquitetura e Urbanismo.

No grupo de Ciências e Engenharias, o destaque, em número de bolsas concedidas, é a área de Ciências da Computação (7,6%), seguida de Engenharia Elétrica (3,9%). Com o mesmo percentual (2,7%) encontramos Engenharia Mecânica, Matemática, Química, Odontologia e, com 2,5%, Medicina. Nesse grupo, apresentam índices mais elevados de demanda atendida Saúde Coletiva, Veterinária, Engenharia de Produção e Matemática. O menor número de bolsas, proporcionalmente às solicitações, foi concedido nas áreas de Agronomia, Física, Geociências, Engenharia Mecânica, Química e Medicina.

O grande desafio é como interpretar esses dados. Não dispomos de evidências suficientes para dizer se refletem diferenças entre as áreas, no rigor dos critérios de concessão, no nível de qualificação dos candidatos, ou nas necessidades de fornecimento de recursos humanos no exterior.

TABELA 3 - DEMANDA E CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR EM 1995

Erro! Vínculo não válido.

EUA - Estados Unidos; FR - França; UK - Inglaterra; CAN - Canadá; ESP - Espanha; MÉX - México; Bél - Bélgica; DIN - Dinamarca; AUST - Austrália; HOL - Holanda; SUI - Suíça; JAP - Japão; ARG - Argentina; POR - Portugal; ALE - Alemanha; SUÉ - Suécia; ITÁ - Itália; MAL - Malásia

4. AJUSTES E INOVAÇÕES

Apesar da tradição de algumas décadas e do razoável investimento feito com o programa de bolsas no exterior, pouco conhecemos sobre seu real impacto no desenvolvimento da ciência e tecnologia e sobre a efetividade de seu aporte para a formação de recursos humanos.

Num país onde a descontinuidade administrativa é uma constante ameaça a qualquer plano de trabalho, a manutenção do programa já é um grande mérito. Houve a preocupação com sua consolidação e, na medida em que o número de bolsas passava de centenas a milhares, a maior parte da atenção e do esforço da agência passou a ser absorvido pela operação de rotinas cada vez mais pesadas e complexas. O mesmo formato e - nos últimos dez anos - aproximadamente o volume de bolsas foram mantidos em edições sucessivas do programa. Não faltaram inovações, como a instituição da modalidade de bolsa conhecida como “sanduíche” e acordos específicos com agências ou países.

Nos parece, entretanto, que foi menor a preocupação com o acompanhamento e avaliação do programa, instrumentos necessários para garantir sua eficácia e adequação aos novos contextos. É nesta direção que queremos tecer algumas considerações e sugerir possíveis ajustes e inovações.

4.1 - ACOMPANHAMENTO

Para otimizar a operação do programa é necessário um acompanhamento efetivo do bolsista em todas as fases de sua trajetória: seleção, permanência no exterior e regresso. O processo de seleção do candidato é uma etapa crucial. Os instrumentos de que dispomos hoje são frágeis para permitir um diagnóstico adequado dos três principais elementos responsáveis pelo sucesso do treinamento no exterior: um candidato de nível, um bom tema, o local certo. Os formulários e as cartas de apresentação revelam e escondem o candidato. A entrevista, reintroduzida há poucos anos, pode facilitar a tarefa, se bem aproveitada. Mas o grande elemento complicador de todo esse processo é o fato de que a iniciativa de estudar no exterior - o quê e onde - é uma escolha privada do candidato, o que vem a dificultar e limitar o alcance do trabalho das comissões de seleção. Sem considerar o caso dos bolsistas que não tem vínculo empregatício - que, fato digno de nota, representam quase a metade do total (Spagnolo, 1992) - sabe-se que mesmo quando vinculados a Instituições de Ensino Superior, o que efetivamente pesa na escolha do tema de pesquisa são mais os interesses pessoais e menos as prioridades da instituição ou da área; e que razões não acadêmicas condicionam a escolha do país e da instituição de estudo.

O *laissez faire* que inspira a filosofia do programa de bolsas no exterior encontra terreno propício na falta de definição de prioridades nacionais por área e especialidade, e na ausência de informações sistemáticas e confiáveis sobre os

melhores departamentos e laboratórios nos vários países. Para o treinamento de pesquisadores e docentes universitários em particular, o programa deveria prever, além do atendimento de balcão à demanda espontânea, um espaço crescente para a demanda induzida e qualificada, onde a iniciativa e a responsabilidade primeira se deslocaria do candidato para as instituições e as agências. Conselhos universitários ou outros colegiados indicariam não apenas os candidatos mais aptos, mas também os temas de estudo de interesse da instituição e, eventualmente, os locais mais apropriados para desenvolver o trabalho. As comissões convocadas pela CAPES atuariam, então, como instância última - mas não única - de julgamento.

Infelizmente, com a massificação do programa, os bolsistas se transformaram em “processos”. O acompanhamento dos técnicos, por várias razões, não pode ir além de ações e tramitações burocráticas. Rotinas devem ser observadas para quase tudo: complementação de informações, declarações, relatórios. Os “processos” com a documentação em dia e, portanto, com as mensalidades liberadas, são considerados “sem problemas”. Mas os bolsistas podem estar com sérias dificuldades que não são relatadas ou detectadas ou previstas nos relatórios.

Ao lado do acompanhamento burocrático é preciso implementar mecanismos que permitam seguir de perto o trabalho acadêmico efetivamente realizado. Pode-se pensar num sistema que recrute - entre os pares - observadores, tutores ou co-orientadores que monitorem o desempenho acadêmico do bolsista. Esta instância privilegiada de interlocução para o bolsista, a agência, o orientador, a instituição de origem e, se for o caso, a de destino, possibilitaria um diálogo entre essas partes.

Entendendo o treinamento no exterior como empreendimento participativo das instituições e das agências, não apenas poderia ser melhorado o sistema de seleção e de acompanhamento, mas também o de reinserimento do bolsista ao retorno. Colocando o projeto acadêmico no centro das preocupações, ao receber de volta os recém titulados, o responsável na instituição não terá - como muitas vezes acontece - a incômoda tarefa de encontrar um lugar e uma atividade onde “encaixá-los”, mas seria a oportunidade de realizar com mais vigor os projetos almejados, para a execução dos quais investiu-se em novos conhecimentos e habilidades. Ou seja, o sucesso do programa deve depender menos das boas intenções dos bolsistas e do grau de acerto de suas escolhas, e mais da visão e das decisões de suas instituições, das agências, dos pares.

4.2 - AVALIAÇÃO

No Brasil, como em muitos outros países, não existe a tradição de avaliar formalmente programas sociais e educacionais. O programa de bolsas no exterior não é exceção. Felizmente é um programa que parece estar dando certo, mas isso não quer dizer que não hajam falhas a serem detectadas e que não se possa buscar novas orientações. Algumas noções do impacto positivo desse programa foram fornecidas por um amplo estudo realizado pela CAPES, no início da década de 80, junto aos mestres e doutores que haviam obtido seus títulos no país e no exterior⁴. Na pergunta “como avaliaria hoje seu curso de pós-graduação” em relação a vários aspectos relacionados ao conteúdo acadêmico do curso e aos recursos disponíveis para estudo e pesquisa, as médias das avaliações dos que estudaram no exterior se revelaram significativamente mais elevadas daquelas expressas pelos que se formaram no país⁵.

Também a média da produção acadêmico-científica tanto nos últimos dois anos antes de responder ao questionário, quanto desde o término do curso de pós-graduação, se revelou superior no grupo dos formados no exterior. Isso pode parecer lógico quando se trata de artigos ou capítulos de livros publicados no exterior ou de comunicação em

⁴ O survey intitulado “O que fazem nossos Mestres e Doutores”, coordenado por este autor, foi realizado em três etapas, abrangendo várias áreas do conhecimento, entre 1981 e 1984. Foram respondidos um total de 12.650 questionários, dos quais 4.500 de doutores. Desses últimos, 40 % haviam realizado seus estudos fora do país.

⁵ Ver Spagnolo e Günther (1986, p. 1653)

congressos internacionais. Constatou-se, entretanto, que a diferença permanece (com nível de significância de 0,0001) também nas publicações nacionais e na orientação de dissertações e teses concluídas⁶.

No que se refere à situação de trabalho, também é interessante a comparação entre os dois grupos. Não se diferenciam quanto a aspectos como “aproveitamento de aptidões adquiridas”, “perspectivas de carreiras” e “responsabilidade/poder”, mas as diferenças aparecem quando faz-se referência a itens como “trabalho criativo e inovador”, “contribuir para o desenvolvimento do país”, “exercer liderança” e, também, “salário”. Em suma, esses resultados mostram que a avaliação dos ex-bolsistas sobre o treinamento no exterior é, em geral, positiva: sentem-se satisfeitos com sua atuação profissional e apresentam um desempenho acadêmico-científico superior à média dos demais pós-graduados.

Outro estudo, realizado mais recentemente pela CAPES, focalizou os bolsistas no exterior durante o período de seus estudos⁷. No global, em torno de 90 % dos bolsistas se dizem satisfeitos com o programa de estudos que realizam, com a infra-estrutura disponível e com a atuação do orientador. Apesar das variações que se observam entre os bolsistas de várias instituições, quanto a diferentes itens, o balanço é positivo pois são poucos os que não recomendam o orientador e o departamento onde se encontram para outros estudantes brasileiros (Spagnolo, 1994).

Esses levantamentos permitem uma visão geral do andamento do programa e ajudam a detectar aspectos que possam merecer mais consideração por parte das agências.

Embora os estudos acima tenham sido realizados por determinação dos então diretores-gerais da CAPES⁸ acabaram sendo vistos mais como pesquisas eventuais e não como atividades normais, vinculadas e complementares ao programa. É necessário que estudos avaliativos voltados a analisar diferentes aspectos relativos à questão dos estudos no exterior sejam desenvolvidos regularmente para monitorar o programa, aferir resultados, possibilitar termos de comparação e verificar a validade dos procedimentos em uso.

4.3 - INOVAÇÕES

Além de um mais adequado acompanhamento dos bolsistas e do necessário monitoramento e avaliação do programa como um todo, pode-se pensar em algumas inovações. Há anos as bolsas no exterior são destinadas em sua grande maioria para doutorado, atendem em grande parte à demanda da academia e se orientam quase que exclusivamente para apenas três países. Este modelo tradicional pode ser ampliado, diversificado e flexibilizado.

A ampliação e diversificação do programa pode se operar em duas direções⁹. A primeira se refere aos níveis de estudo e sugere sair da prioridade absoluta do doutorado. Há áreas que se consideram satisfatoriamente bem servidas de doutorados no país e não consideram mais prioritária uma formação desse nível no exterior. O “sanduíche” e o pós-doutorado são vistos, nesses casos, como alternativas mais adequadas que devem ser privilegiadas. Além das óbvias economias, o esquema enseja uma associação mais produtiva entre o departamento que envia e o que recebe.

A outra perspectiva, mais ousada, é de abrir o sistema para bolsas de estudo de graduação no exterior, sobretudo em áreas prioritárias como a tecnológica, nos moldes do doutorado “sanduíche” ou do Projeto Erasmus - que permite aos

⁶ Ver Spagnolo e Günther (1986, p.1653)

⁷ O levantamento “Condições de Estudo e Trabalho dos Bolsistas Brasileiros no Exterior” foi realizado em 1992, junto aos bolsistas da CAPES e do CNPq e, em 1994, só com os bolsistas da CAPES.

⁸ Cláudio de Moura Castro idealizou e apoiou a pesquisa “O que fazem nossos mestres e doutores” e Sandoval Carneiro Junior sugeriu e incentivou a pesquisa “Condições de Estudo e de Trabalho dos Bolsistas Brasileiros no Exterior”.

⁹ Retomamos algumas sugestões já apresentadas em Castro e Spagnolo (1990) e Castro (1994).

universitários europeus passar um período de sua formação em outro país¹⁰. Candidatos jovens (de 19-20 anos), períodos curtos e bolsas mais modestas permitiriam o envio de milhares de graduandos para estudar no exterior¹¹. Tais experiências oxigenariam os cursos de graduação com a volta de alunos mais críticos e enriquecidos com novas experiências de aprendizagem acadêmica.

A segunda direção de ampliação do programa se refere ao perfil do bolsista e sugere sair da prioridade da academia¹². Seriam oferecidas facilidades, formas de assistência e colaboração às empresas, privadas e públicas, que queiram enviar seus funcionários para estágios e cursos no exterior. O modelo “Ph.Ds para as universidades”, que revelou-se útil, deve deixar de ser praticamente o único.

Finalmente, vale lembrar uma tentativa feita pela CAPES, há cerca de dez anos, mas que infelizmente não teve continuidade. Pretendia-se identificar instituições de excelência em países - como Japão, Israel, Suécia - com boa tradição acadêmica em áreas específicas mas pouco conhecidas por brasileiros. Um contato regular e menos superficial com outras tradições culturais, além da americana, francesa e inglesa, ampliaria os horizontes e propiciaria maiores oportunidades de enriquecimento para o país.

Em suma, está na hora de pensar em modelos mais flexíveis e mais abertos de formação no exterior, sem prejuízo dos já existentes, reduzindo a concentração nos doutorados, diversificando os perfis dos bolsistas e dos países de formação.

5. CONCLUSÃO

Os dirigentes da CAPES e do CNPq demonstram hoje preocupação e sensibilidade para com vários dos aspectos acima considerados e já estão empenhados na implementação de novas medidas que permitam um “aggiornamento” e um fortalecimento do programa de estudos no exterior.

O fato de o número de bolsas ter-se ampliado consideravelmente ao longo desses anos de funcionamento do programa, não deve impedir que nos afastemos da idéia original que inspirou seus idealizadores.

Almir de Castro, o Diretor de Programas da primeira década de existência da CAPES, deixou precioso registro - segundo informa Córdova (1995) - sobre traços importantes da cultura organizacional dessa agência e do seu grande conceitualizador, Anísio Teixeira, quando escreve:

“...as atividades da CAPES não eram um trabalho de massa, nem na aplicação nem na metodologia, cada projeto merecendo um tratamento específico, consideradas as pessoas e as atividades envolvidas, cada focus de origem e de destino de um bolsista”¹³.

Os procedimentos então adotados hoje podem chocar, mas nos devem fazer refletir. Segundo noticiava o “Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudos”, da CAPES, o valor das bolsas

¹⁰ O Programa Eramus (European Community Action Scheme for the Mobility of University Students) foi criado em 1987. No ano letivo 1991-92, 60 mil estudantes realizaram parte do curso fora do país, em outras universidades europeias. O programa desperta crescente interesse entre os jovens universitários apesar da modesta bolsa de estudo recebida correspondente a cerca de 200 dólares (Altamore, 1992).

¹¹ Com o custo atual da formação de cem doutores poderiam, estimativamente, ser enviados três mil jovens para o exterior por um ano de estudo, ou um número maior ainda, no caso de formas de custeios parciais.

¹² Hoje nossos bolsistas tem em média entre 30 e 35 anos de idade, a maioria já teve ou têm experiência profissional - preferencialmente vinculada à academia - e muitos são casados e têm filhos. Ver Spagnolo (1993, p. 7).

¹³ CASTRO, A. Um Sopro das Brisas dos Cinquenta (A CAPES de Anísio Teixeira) IBECC, 1986 apud Córdova (1995)

“é fixado em cada caso, segundo o mérito do bolsista, o interesse do estudo que será feito e as necessidades do bolsista” (CAPES, 1953b, p. 10).

Obviamente a CAPES de hoje não é mais a Campanha de Anísio Teixeira, mas nem por isso a massificação é inevitável. Mais do que uma simples questão de números, trata-se de uma concepção de projeto.

A massificação ocorre quando se tende a uma homogeneização das bolsas e dos programas. Há massificação quando todos os “processos” recebem exatamente o mesmo tratamento, não importa se a área é prioritária ou não, se a instituição tem ou não prestígio internacional, se o orientador é um prêmio Nobel ou está no início de carreira, se o projeto de pesquisa tem muita ou pouca relevância para a área do conhecimento e para o país.

O desafio maior, para as agências e para o país, não consiste em ampliar e diversificar os programas, mas em continuar a processar anonimamente todos os projetos, e, assim, perder a capacidade de identificar bolsistas e trabalhos promissores, e não saber informar os resultados relevantes produzidos pelo programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAMORE, G. *Europa. Istruzioni per l'uso*. Milano, Mondadori, 1992.
- BERELSON, B. *Graduate Education in the United States*. New York, McGraw-Hill Book Company, 1960.
- CAPES. *Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudo*. N. 1, Ano I, 1953-a.
- CAPES. *Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudo*. N. 2, Ano I, 1953-b.
- CASTRO, C.M. *Educação Brasileira. Consertos e Remendos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- CASTRO, C.M. e SPAGNOLO, F. “A tecnologia mais portátil é a que está guardada na cabeça das pessoas”. Apresentado no Seminário Tecno 90. CNPq / ABC / PNUD, São Paulo, 1990.
- CÓRDOVA, R.A. A CAPES e sua Trajetória. Brasília, CAPES, 1995 (versão preliminar, mimeo)
- FERREIRA T.L. *História da Educação Lusobrasileira*. São Paulo, Saraiva, 1966.
- SPAGNOLO, F. Bolsistas Brasileiros no Exterior (I): características pessoais e profissionais. *INFOCAPES*, Vol. 1, Nº 1, p. 7, 1993.
- SPAGNOLO, F. Bolsistas Brasileiros no Exterior (III): Avaliação das Condições de Estudo e de Trabalho. *INFOCAPES*, Vol. 2, Nº 1, p. 10, 1994.
- SPAGNOLO, F. e GÜNTHER, H. 20 Anos de Pós-Graduação: o que fazem nossos mestres e doutores: Uma visão geral. *Ciência e Cultura*, 38(10): 1643-1662, 1986.
- VERGER, Jacques. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo, Ed. UNESP, 1990

DOCUMENTOS

MESTRADO PROFISSIONAL

Há algum tempo vinha sendo discutida no âmbito da CAPES a necessidade de acolher em sua sistemática de avaliação propostas de cursos de pós-graduação voltados mais diretamente às necessidades do mercado de trabalho. No corrente ano, foi designada pelo Sr. Presidente da CAPES uma Comissão constituída pelos professores: Silvino Joaquim Lopes Neto (Direito - UFRGS); Luiz Bevilacqua (Engenharia Mecânica - UFRJ); Tânia Fischer (Administração - UFBA); Jacques Marcovitch (Administração - USP); Virgílio Augusto F. Almeida (Computação - UFMG); Edson de Oliveira Nunes (Direito - Cândido Mendes), e presidida pelo Professor Darcy Dillenburg, Diretor de Avaliação. Essa Comissão elaborou documento intitulado “Mestrado no Brasil - A Situação e uma Nova Perspectiva” que deu origem a uma proposta da Diretoria ao Conselho Superior da CAPES, intitulada “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado”. A proposta teve aprovação do Conselho, e resultou na Resolução nº 01/95, publicada através da Portaria nº 47, de 17/10/95.

Esse três documentos são apresentados a seguir:

Mestrado no Brasil - A Situação e Uma Nova Perspectiva

Introdução

A realidade brasileira está a exigir dos responsáveis pelos diversos estágios da formação universitária atitudes e procedimentos que atendam os reclamos e necessidades sociais.

No respeitante à pós-graduação, é de toda conveniência repensar o sistema tradicional, que tem dado, historicamente, excelentes produtos, mas que também está a carecer de adequação às exigências da atualidade.

As mudanças tecnológicas e as correntes transformações econômico-sociais têm demandado profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais. Observa-se o surgimento de programas de mestrado com características diferentes dos existentes no sistema de pós-graduação do país. São diferenças que se manifestam na orientação dos currículos, na composição do corpo docente e discente, nas formas de financiamento e nos arranjos institucionais.

Assim, este documento analisa o fenômeno desses novos cursos dentro do contexto da pós-graduação no Brasil e sugere critérios diferenciados para acompanhamento e avaliação, com o objetivo de manter a qualidade e a credibilidade conquistadas pelo sistema.

1. A origem

São decorridos trinta anos desde que o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, definiu e fixou as características dos cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil. Ao discutir-se o papel atual e futuro do Mestrado no sistema de Pós-Graduação do País, é oportuno reler aquele texto.

Em suas conclusões, o Parecer definiu o objetivo do doutorado como o de proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o poder criador nos diferentes ramos do saber; estabeleceu também para o grau de Doutor o requisito da defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema.

Já o Mestrado foi caracterizado ou como etapa preliminar na obtenção do grau de Doutor, ou como grau terminal, devendo a dissertação de Mestrado revelar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização. O caráter de terminalidade foi considerado relevante para aqueles que, desejando aprofundar a formação científica ou profissional recebida nos cursos de Graduação, não almejam ou não podem dedicar-se à carreira científica.

Destacou o Parecer a importância de um programa eficiente de estudos pós-graduados para:

- a) formar profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos tendo em vista a expansão da indústria brasileira e as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores;
- b) transformar a universidade em centro criador;
- c) formar professores qualificados para a expansão quantitativa do ensino superior.

Foi também feita clara distinção entre cursos de especialização (destinados a treinamento, formação de atitudes e habilidades, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade) e cursos de Mestrado, que podem também implicar especialização e operar no setor técnico-profissional, mas sempre no contexto de uma área completa de conhecimento, ou dando ampla fundamentação à aplicação de uma técnica ou ao exercício de uma profissão.

2. A exclusão

Pode-se, portanto, identificar dois tipos de Mestrado, diferenciados pelos seus objetivos centrais.

Um tipo tem como objetivo estudos avançados em uma disciplina específica, sem preocupação com suas aplicações. Corresponde, na nomenclatura norte-americana, aos graus de Master of Arts (M.A.) e Master of Sciences (M.S.), sem designação específica da disciplina correspondente.

Outro tipo visa à aplicação e extensão de conhecimentos a finalidades profissionais ou vocacionais. Diz respeito a graus como Master of Business Administration, Master of Arts in Education, Master of Engineering e Master of Arts in Teaching.

O desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil deu origem a cursos de Mestrado que, com raras exceções, se caracterizam predominantemente como o primeiro degrau para a qualificação acadêmico-científica necessária à carreira universitária. A justificativa para essa ênfase acadêmica, com a exclusão da vertente profissional, era de que a mesma seria suficiente para assegurar também a formação de pessoal de alta qualificação para atuar nas áreas profissionais, nos institutos tecnológicos e nos laboratórios industriais. Tal situação, dominante até os anos setenta, não se mantém diante da intensidade, urgência e variedade das demandas que a sociedade hoje faz ao sistema universitário. A rápida evolução do conhecimento tem exigido dos graduados formação avançada e atualizada; em paralelo, as organizações governamentais e não governamentais tem exigido constante elevação da qualidade e produtividade dos seus serviços. Em complemento, a abertura de mercado tem demandado das empresas um nível de competitividade que as leva a buscar profissionais com formação pós-graduada, de preferência Mestrado. A evolução do conhecimento, a melhoria do padrão de desempenho e a abertura do mercado induzem à busca de recursos humanos que permitam uma transferência mais rápida dos conhecimentos gerados na Universidade para a sociedade. Buscam-se em todo o mundo formas mais diretas de vinculação da Universidade com empresas, agências não governamentais e governo. Estas formas envolvem, por exemplo, na área de Engenharia, até mesmo a realização de teses de doutorado em que o estudante trabalha sob a supervisão de um orientador acadêmico e de um mentor industrial.

3. O resgate

Muitas iniciativas começam a se desenvolver com sucesso no Brasil através de oferta de cursos de Mestrado, dirigidos à formação de profissionais. Tais cursos incorporam grandes transformações em relação aos paradigmas tradicionais de especialização.

Algumas características desses cursos:

- Participação necessária, no corpo docente, de profissionais que se destacam em suas áreas de atuação e que, embora disponíveis e singularmente qualificados para esse tipo de ensino, não desejam dedicar-se exclusivamente a ele.
- Consórcios entre programas, viabilizando o caráter interdisciplinar freqüentemente necessário à formação de novos tipos de profissionais desejados.
- Esquemas de parceria com agências governamentais e não governamentais, empresas públicas e privadas que, interessadas na qualificação de seu quadro de funcionários, encomendam e financiam os cursos.
- Organização da estrutura curricular adequada a um tempo de titulação menor do que o habitual.
- Emprego de metodologias ativas de ensino (casos, visitas, estágios) e de ensino à distância.
- Formatos alternativos à dissertação como trabalho final do curso.

4. O enquadramento

A CAPES, defrontada nos últimos anos com várias propostas alternativas de Mestrado, encontrou dificuldades em lidar com elas. Essas dificuldades podem ser em parte explicadas pelo fato de toda a estrutura de reconhecimento, acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação estar centrada na concepção de Mestrado como etapa preliminar da carreira científica.

As primeiras tentativas para equacionar o problema voltaram-se para modificações nos cursos de especialização (Especialização de Longa Duração) ou criação de novo tipo de cursos de pós-graduação (Capacitação Profissional Avançada).

Como se mostrou acima, não é sequer necessário inventar um sistema heterodoxo para abrigar essas formas de atuação. Na verdade, basta explorar plenamente as potencialidades do sistema atual. O Mestrado não precisa servir apenas como etapa preliminar ao Doutorado. Pode ser, como se salientou, também um grau terminal, visando a formar profissionais capazes de elaborar novas técnicas e processos tendo em vista as necessidades de desenvolvimento.

Não há negar, entretanto, que, apesar desse fato, a implementação de um Mestrado que fuja ao modelo vigente, exige clareza de definições e adequação de instrumentos.

A primeira questão que se coloca é a do nome. No modelo de Mestrado hoje dominante, pode-se observar que, não obstante algumas características essenciais em comum, ensejaram-se grandes diferenças sob o aspecto acadêmico entre bons mestradinhos de áreas de conhecimento distintas. A importância do Mestrado também varia de uma área para outra, a ponto de cogitar-se, em algumas delas, de abreviar ou suprimir o Mestrado, encaminhando os estudantes o mais rapidamente ao Doutorado. Nesse contexto, a diferença entre o Mestrado tipo “grau terminal” e o Mestrado tipo “etapa preliminar”, em uma mesma área, pode ser menor do que a diferença atualmente existente entre mestradinhos em áreas distintas.

Nessa linha de argumentação, o grau de Mestre continuaria caracterizando em todos os casos um nível de estudos pós-graduados, adjetivado tão somente pela área de graduação correspondente ou por designação específica. É óbvio que, mesmo optando por essa nomenclatura para fins formais de titulação, parece impossível evitar na prática as designações de Mestrado Profissional e Mestrado Disciplinar ou Acadêmico.

5. Os Critérios

A presente proposta almeja complementar a orientação atualmente em vigor, cuja referência de qualidade é a produção científica, admitindo a inclusão de novos parâmetros de produção, como a inovação tecnológica. Em ambos os casos a avaliação de desempenho deve obedecer aos padrões de rigor tradicionalmente usados pela CAPES.

Nesse sentido, a preservação da nomenclatura atual de titulação sinaliza claramente o propósito de manter também os requisitos de qualidade acadêmica definidos para o Mestrado na origem da pós-graduação. Alguns critérios devem ser considerados para reconhecimento, acompanhamento e avaliação desses cursos no sistema de pós-graduação.

1. A instituição proponente deve demonstrar possuir condições favoráveis ao desenvolvimento consistente e de longo alcance do ensino de pós-graduação, assegurando-lhe profundidade e perspectiva adequadas.
2. Os docentes e orientadores devem ser portadores do título de doutor ou de qualificação profissional inquestionável. Dos docentes doutores se exigirá que tenham produção intelectual de alto nível, divulgada de acordo com os padrões reconhecidos para sua área de conhecimento. Os docentes selecionados por qualificação profissional poderão atuar como co-orientadores. Eles deverão constituir uma parcela restrita do corpo docente, e sua escolha deve ser pertinente aos objetivos do curso, cuidadosamente justificada, documentada e controlada; as condições de trabalho e de carga horária, embora sem exigirem dedicação integral, devem ser compatíveis com as necessidades do curso.
3. O curso deverá articular as atividades de ensino com as aplicações de pesquisas, em termos coerentes com seu objetivo, de forma diferenciada e flexível. A existência de pesquisa de boa qualidade na instituição e de projetos em parceria com o setor produtivo, bem como a oferta de atividades de extensão, são requisitos essenciais ao credenciamento institucional para oferta deste tipo de curso.
4. A estrutura curricular deve ser clara e consistentemente vinculada à especificidade do curso e ser compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano.
5. O estudante deve apresentar trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele. De acordo com a natureza da área e com a proposta do curso, esse trabalho poderá tomar formas como, entre outras, dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos.
6. Com vistas à consolidação da experiência nessa modalidade de Mestrado, a recomendação de cursos, de início, se limitará a projetos oriundos de instituições que já possuam curso(s) de pós-graduação com conceito A ou B. A critério do Grupo Técnico Consultivo, poderá ser considerada proposta que se origine de instituição altamente qualificada, mas sem tradição de ensino pós-graduado. Na fase inicial a avaliação deverá ser feita anualmente, por meio de comissões de avaliação da CAPES, complementadas pela inclusão de representantes de setores da sociedade interessados no curso. Essas comissões poderão, quando necessário, apresentar caráter interdisciplinar, e deverão utilizar critérios pertinentes à proposta e aos objetivos dos cursos. A produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa e extensão, deverá ser especialmente valorizada.
7. O curso deverá procurar o autofinanciamento, devendo ser estimuladas iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio. Na análise pelo Grupo Técnico Consultivo a recomendação para o fomento levará em conta a existência de segmentos de mercados profissionais - habitualmente no setor de serviços e com forte participação estatal - onde o autofinanciamento não será de fácil concretização e onde, portanto, a CAPES deverá manter suas habituais formas de apoio.

Conclusão

Examinou-se neste documento a importância da implementação de programas de Mestrado dirigidos à formação profissional, contemplados no desenho da pós-graduação originalmente proposto no Parecer nº 977/65 do CFE. Mostrou-se também como estabelecer critérios de reconhecimento, acompanhamento e avaliação que sejam, ao mesmo tempo, consistentes com as características específicas dos cursos e capazes de assegurar níveis de qualidade comparáveis aos vigentes no sistema de pós-graduação.

Considerando, portanto a necessidade e conveniência de implementar programas de Mestrado dirigidos à formação profissional, bem como a possibilidade de acolhê-los de maneira natural no sistema de pós-graduação, completando-o em suas finalidades e preservando sua qualidade, a Diretoria propõe que seja aprovada pelo Conselho Superior, a implantação na CAPES, de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação desse tipo de cursos.

Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado.

Em sua formulação inicial, o mestrado foi caracterizado ou como etapa preliminar na obtenção do grau de Doutor, ou como grau terminal apropriado àqueles que, desejando aprofundar a formação recebida nos cursos de graduação, não pretendem dedicar-se à carreira acadêmica.

O desenvolvimento histórico da pós-graduação no Brasil deu origem a cursos de Mestrado que se caracterizam predominantemente como do primeiro tipo. Hoje em dia, entretanto, a rápida evolução do conhecimento e de suas aplicações tecnológicas, assim como as profundas transformações econômico-sociais, exigem formação avançada e atualizada dos graduados, transferência rápida dos conhecimentos gerados pela Universidade para a sociedade, e vinculação mais direta da Universidade com empresas, agências e governo. Daí o fato de estarem sugindo no Brasil iniciativas de oferta de cursos de Mestrado dirigidos à formação de profissionais, muitas vezes em resposta direta a demandas de agências e empresas interessadas na qualificação de seus quadros. Como se salientou no início, não é sequer necessário inventar um novo sistema para acolher tais iniciativas. O atual grau de Mestre pode abrigar a etapa preliminar ao doutorado e a terminalidade de uma formação profissional, caracterizando em ambos os casos um mesmo nível de estudos pós-graduados, adjetivado tão somente pela área de graduação correspondente ou por designação específica. Essa identidade de nomenclatura, necessária para fins formais de titulação, não impedirá que na prática se venha a usar designações como Mestrado Profissional e Mestrado Disciplinar ou Acadêmico. É importante, entretanto, notar que se trata efetivamente de ativar um grau de liberdade que estava latente no sistema.

Para assegurar níveis de qualidade que sejam, ao mesmo tempo, comparáveis aos vigentes no sistema de Pós-Graduação e consistentes com as características específicas dos cursos, são propostos os requisitos e condicionantes relacionados a seguir.

1. A instituição proponente deve demonstrar possuir condições favoráveis ao desenvolvimento consistente e de longo alcance do ensino de pós-graduação, assegurando-lhe profundidade e perspectiva adequadas.
2. Os docentes e orientadores devem ser portadores do título de doutor ou de qualificação profissional inquestionável. Dos docentes doutores se exigirá que tenham produção intelectual de alto nível, divulgada de acordo com os padrões reconhecidos para sua área de conhecimento. Os docentes selecionados por qualificação profissional poderão atuar como co-orientadores. Eles deverão constituir uma parcela restrita do corpo docente, e sua escolha deve ser pertinente aos objetivos do curso, cuidadosamente justificada, documentada e controlada; as condições de trabalho e de carga horária, embora sem exigirem dedicação integral, devem ser compatíveis com as necessidades do curso.
3. O curso deverá articular as atividades de ensino com as aplicações de pesquisas, em termos coerentes com seu objetivo, de forma diferenciada e flexível. A existência de pesquisa de boa qualidade na instituição e de projetos em parceria com o setor produtivo, bem como a oferta de

- atividades de extensão, são requisitos essenciais ao credenciamento institucional para oferta deste tipo de curso.
4. A estrutura curricular deve ser clara e consistentemente vinculada à especificidade do curso e ser compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano.
 5. O estudante deve apresentar trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele. De acordo com a natureza da área e com a proposta do curso, esse trabalho poderá tomar formas como, entre outras, dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos.
 6. Com vistas à consolidação da experiência nessa modalidade de Mestrado, a recomendação de cursos, de início, se limitará a projetos oriundos de instituições que já possuam curso(s) de pós-graduação com conceito A ou B. A critério do Grupo Técnico Consultivo, poderá ser considerada proposta que se origine de instituição altamente qualificada, mas sem tradição de ensino pós-graduado. Na fase inicial a avaliação deverá ser feita anualmente, por meio de comissões de avaliação da CAPES, complementadas pela inclusão de representantes de setores da sociedade interessados no curso. Essas comissões poderão, quando necessário, apresentar caráter interdisciplinar, e deverão utilizar critérios pertinentes à proposta e aos objetivos dos cursos. A produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa e extensão, deverá ser especialmente valorizada.
 7. O curso deverá procurar o autofinanciamento, devendo ser estimuladas iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio. Na análise pelo Grupo Técnico Consultivo a recomendação para o fomento levará em conta a existência de segmentos de mercados profissionais - habitualmente no setor de serviços e com forte participação estatal - onde o autofinanciamento não será de fácil concretização e onde, portanto, a CAPES deverá manter suas habituais formas de apoio.

Considerando, portanto a necessidade e conveniência de implementar programas de Mestrado dirigidos à formação profissional, bem como a possibilidade de acolhê-los de maneira natural no sistema de pós-graduação, completando-o em suas finalidades e preservando sua qualidade, a Diretoria propõe que seja aprovada pelo Conselho Superior a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação desse tipo de cursos.

PORTARIA N° 47 DE 17 DE OUTUBRO DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o documento anexo, intitulado “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado”, aprovado pelo Conselho Superior em sessão de 14/09/95, RESOLVE:

Determinar a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de Mestrado dirigidos à formação profissional, nos termos do referido documento, e do Parecer que o fundamentou, destacando-se que, para assegurar níveis de qualidade comparáveis aos vigentes no sistema de

pós-graduação e consistentes com a especificidade dos cursos, ficam estabelecidos os requisitos e condicionantes seguintes:

1. A instituição proponente deve demonstrar possuir condições favoráveis ao desenvolvimento consistente e de longo alcance do ensino de pós-graduação, assegurando-lhe profundidade e perspectiva adequadas.
2. Os docentes e orientadores devem ser portadores do título de doutor ou de qualificação profissional inquestionável. Dos docentes doutores se exigirá que tenham produção intelectual de alto nível, divulgada de acordo com os padrões reconhecidos para sua área de conhecimento. Os docentes selecionados por qualificação profissional poderão atuar como co-orientadores. Eles deverão constituir uma parcela restrita do corpo docente, e sua escolha deve ser pertinente aos objetivos do curso, cuidadosamente justificada, documentada e controlada; as condições de trabalho e de carga horária, embora sem exigirem dedicação integral, devem ser compatíveis com as necessidades do curso.
3. O curso deverá articular as atividades de ensino com as aplicações de pesquisas, em termos coerentes com seu objetivo, de forma diferenciada e flexível. A existência de pesquisa de boa qualidade na instituição e de projetos em parceria com o setor produtivo, bem como a oferta de atividades de extensão, são requisitos essenciais ao credenciamento institucional para oferta deste tipo de curso.
4. A estrutura curricular deve ser clara e consistentemente vinculada à especificidade do curso e ser compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano.
5. O estudante deve apresentar trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele. De acordo com a natureza da área e com a proposta do curso, esse trabalho poderá tomar formas como, entre outras, dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos.
6. Com vistas à consolidação da experiência nessa modalidade de Mestrado, a recomendação de cursos, de início, se limitará a projetos oriundos de instituições que já possuam curso(s) de pós-graduação com conceito A ou B. A critério do Grupo Técnico Consultivo, poderá ser considerada proposta que se origine de instituição altamente qualificada, mas sem tradição de ensino pós-graduado. Na fase inicial a avaliação deverá ser feita anualmente, por meio de comissões de avaliação da CAPES, complementadas pela inclusão de representantes de setores da sociedade interessados no curso. Essas comissões poderão, quando necessário, apresentar caráter interdisciplinar, e deverão utilizar critérios pertinentes à proposta e aos objetivos dos cursos. A produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa e extensão, deverá ser especialmente valorizada.
7. O curso deverá procurar o autofinanciamento, devendo ser estimuladas iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio. Na análise pelo Grupo Técnico Consultivo a recomendação para o fomento levará em conta a existência de segmentos de mercados profissionais - habitualmente no setor de serviços e com forte participação estatal - onde o autofinanciamento não será de fácil concretização e onde, portanto, a CAPES deverá manter suas habituais formas de apoio.

ABÍLIO AFONSO BAETA NEVES

Presidente

O NOVO CTC

Foi redefinido o formato e o papel do Conselho Técnico Científico(CTC) da CAPES. Antes formado por 42 coordenadores de área, passa a ser constituídos por 16 Coordenadores das Comissões de Consultores Científicos (dois por cada grande área), além dos representantes do Forum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A proposta de reestruturação do CTC encaminhada pela direção da CAPES ao Conselho Superior e a Portaria nº 48/95 que resultou de sua aprovação, são reproduzidas a seguir.

REESTRUTURAÇÃO DO CTC

Breve Diagnóstico

O CTC da CAPES é um órgão central na discussão e encaminhamento de propostas de política institucional e na implementação de programas básicos como a avaliação dos cursos de pós-graduação, a definição do cadastro de consultores e o julgamento dos pedidos de bolsas e auxílios individuais.

Originalmente, este Conselho era constituído de representantes das grandes áreas do conhecimento. A diferenciação e a expansão dos cursos fizeram com que crescesse a pressão por uma multiplicação destes representantes. Hoje são quarenta e dois. Este número não guarda mais relação com qualquer classificação aceitável de áreas do conhecimento. Corresponde, em grande medida, a subconjuntos quase disciplinares de cursos em graus desiguais de desenvolvimento e consolidação.

Sem dúvida, a multiplicação de áreas e representantes tem vinculação com o “poder” específico destes, tendo em vista o fato de que a distribuição dos recursos da CAPES está apoiada na avaliação. Um resultado importante deste desenvolvimento foi um enfraquecimento do CTC em sua função de debate e assessoramento na formulação de políticas gerais para a instituição e na condução do próprio processo de avaliação.

Proposta

Diante do quadro anteriormente exposto, a atual direção da CAPES propõe ao Conselho Superior a reestruturação do CTC nos termos que seguem:

- O CTC seria composto por dois representantes de cada uma das oito grandes áreas do conhecimento segundo a Tabela de Classificação das Áreas, mais um representante do Fórum de Pró-Reitores e outro da Associação Nacional de Pós-Graduandos;

- As áreas, na sua diferenciação atual (quarenta e duas), continuarão a escolher seus representantes. Estes, reagrupados nas grandes oito áreas, escolheriam os membros do novo CTC;

- As funções consultivas do CTC seriam exercidas pelo órgão no seu novo formato;

- As tarefas de implementação do processo de avaliação e julgamento, bem como as referentes à constituição do cadastro de consultores e acompanhamento geral de todo o processo de julgamento dos pedidos individuais, serão realizadas pelos membros do novo CTC em conjunto com os demais componentes de cada grande área do conhecimento;

- O novo CTC teria reuniões periódicas e as grandes áreas poderiam se reunir individualmente, sempre que exigido pelas tarefas que devem realizar.

Esta proposta, se aprovada, entraria em vigor imediatamente. A escolha dos representantes em curso já serviria de base para o processo de escolha dos representantes por grandes áreas para o novo CTC.

PORTARIA N° 48 DE 17 DE OUTUBRO 1995.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o documento anexo, intitulado “Reestruturação do CTC”, aprovada pelo Conselho Superior em Sessão de 14/09/95, RESOLVE:

1. Fixar, para fins de constituição do Conselho Técnico Científico, em dezenas o número de coordenadores de comissões de consultores científicos, sendo dois para cada uma das oito grandes áreas de conhecimento,
2. Os coordenadores das comissões de consultores científicos serão escolhidos pelo Conselho Superior a partir de listas tríplices elaboradas pelos representantes de áreas reunidos por grandes áreas de conhecimento.

ABILIO AFONSO BAETA NEVES
Presidente

OPINIÃO

O Projeto Norte de Pós-Graduação: um trabalho a ser consolidado com ênfase na fixação de pessoal formado.

Cristovam W. Picanço Diniz*

A partir de um esforço coletivo das IES amazônicas, sob liderança do Prof. José Seixas Lourenço, em 1987, e com a participação do Prof. Armando Mendes, começa um trabalho de articulação interinstitucional e com agências de fomento, com objetivo de aumentar a densidade de competência instalada na Região Norte em termos de mestres e doutores com ênfase em áreas prioritárias que continuam a representar desafios gigantescos para a amazônia: saúde e nosologia, agropecuária, tecnologia, sócio-economia, populações humanas e meio ambiente. Tais prioridades, definidas através da Coordenação de Pesquisas para Amazônia-CORPAM constituiriam as metas prioritárias para o financiamento de projetos de formação de recursos humanos para as agências de fomento. Apesar desse esforço, tal programa em suas duas primeiras versões, receberia ao final um tímido amparo financeiro das agências com consequências invisíveis para as IES regionais. Mais recentemente, o programa em sua terceira versão (IIIPNOPG), receberia atenção especial do Ministério da Educação que através da CAPES, ganharia uma Secretaria Executiva, um corpo de consultores de alto nível, que com experiência na região amazônica promoveria ações consequentes analisando, reformulando e habilitando academicamente as propostas regionais de modo a receber o apoio financeiro tão esperado. Apesar de alvissareiro, o III Projeto Norte de Pesquisa de Pós-Graduação permanece entretanto sem responder as questões relativas à fixação de pessoal da região para região e o custo benefício das ações empreendidas no processo de formação habitual que desloca os mestrandos para fora da região com aquela a ser proposta pela CAPES de trazer os docentes de

outras instituições para ministrar os cursos de mestrado nas IES amazônicas. Para atacar essas questões é preciso medir em primeiro lugar os efeitos do investimento habitual através de indicadores objetivos que reflitam o grau de aproveitamento do pessoal formado através de sua produção científica após o período de formação.

A questão é portanto: do pessoal titulado a nível de doutor, membros do corpo docente permanente das IES amazônicas, quantos são aqueles que de fato deram continuidade às ações que deles se esperavam enquanto doutores? Dito de outra forma quantos dos doutores formados realmente sobreviveram às dificuldades e continuam ativos academicamente?

- O QUE FAZEM NOSSOS DOUTORES?

Uma das variáveis fora do controle do sistema da Pós-Graduação brasileiro é o destino do pessoal formado.

Responder o que estão fazendo nossos mestres e doutores parafraseando o Prof. Samuel Sá é pois essencial para avaliar o custo/benefício do investimento em formação de recursos humanos. Para atacar essa questão, usaremos apenas um dos indicadores possíveis que julgamos seja relevante para discussão presente que é aquela correspondente a produção científica dos Doutores. Utilizaremos apenas os relacionados a Universidade Federal do Pará. A razão para escolhê-la é a de contar com informações atualizadas acerca do indicador produção científica, entendida como a média dos últimos cinco anos de publicações em revistas especializadas de circulação ampla, nacionais ou internacionais, capítulos de livro ou livros submetidos previamente ao exame de corpo editorial especializado.

* Cristovam W. Picanço Diniz, Doutor em Biofísica com pós - doutorado em Neurociências é professor adjunto e Pró - Reitor de pesquisa e Pós - graduação da Universidade Federal do Pará.

Dos doutores existentes na UFPa, uma das maiores e com melhor infra-estrutura da região, apenas 1/5 produz em média anualmente pelo menos um artigo pleno em revista especializada, indexada ou capítulo do livro submetido a

corpo editorial. As razões para isso são simples, os recém-doutores que retornam a região não tem ainda capacidade de captação de recursos das agências e não sobrevivem às hostilidades do meio representadas pela pobreza de meios materiais, isolamento científico, excesso de burocracia, sobrecarga com atividades didáticas que temperadas com os baixos salários aniquilam a vontade acadêmica com a morte científica subsequente. A conta já paga para formar doutores que em grande monta acabam mortos antes de produzir academicamente é alta e tenderá a crescer. Some-se a isso o fato de que para multiplicar por dez o número de doutores atuais das IES amazônicas, os investimentos necessários seriam da ordem de 1,8 bilhões de reais liberados ao longo de sete anos. Seria portanto insano continuar a formar sem fixar apostando num mecanismo de seleção natural de doutores mais aptos a sobreviverem ao meio hostil e não necessariamente mais aptos à formulação e solução de problemas cientificamente delineados para os quais foram treinados. Como saber o que fazer para evitar o desperdício? Uma alternativa é olhar para os grupos bem sucedidos e verificar o que fazem ele para sobreviver às hostilidades que os mal sucedidos não fazem. Parecem características comuns dos grupos de docentes-pesquisadores bem sucedidos, a ocorrência de lideranças muito especiais que detinham habilidades gerenciais, articulação política, competência científica e entusiasmo acadêmico. Tais características são pré-requisito para que, quase de forma missionária, possam conduzir o seu trabalho de captar recursos, produzir conhecimento novo, agregar jovens investigadores e formar pessoal de bom nível para garantir a continuidade do empreendimento. Confiar, entretanto, a construção de universidades amazônicas a missionários é inviabilizar o projeto, posto que, tais exemplos são raros e na maior parte dos casos não ultrapassam a geração a que pertencem.

Alguns outros elementos compõem a síndrome da formação sem fixação:

1. A formação de docentes pesquisadores baseada em decisões individuais no âmbito departamental, sem envolvimento e comprometimento institucional torna a vida do docente que volta, muito mais difícil no sentido de permitir a continuidade do trabalho.
2. A falta de planejamento institucional acaba por induzir a uma política de pulverização dos parcos recursos na tentativa de atender todas as demandas individuais.
3. Como consequência da formação não planejada promove-se a ausência de colegas especializados na mesma temática no mesmo departamento, impedindo-se a criação de atmosfera acadêmica mínima, que permita a discussão científica, essencial para crítica e formulação dos problemas.
4. A política de obtenção do título como única exigência para progressão funcional, tratando de forma isonômica pessoas que tem produção diferentes, encoraja mestres e doutores a se satisfazarem, com o preenchimento do requisito burocrático de obtenção do título que gera melhor salário paralizando sua formação acadêmica.
5. Os patamares salariais dos profissionais produtivos em dedicação exclusiva não permite estabilidade financeira que garanta qualidade de vida adequada aos seus familiares, acabando por afastá-los da dedicação exclusiva de fato. Fragmentadas as atividades, o desempenho cai e voltamos a estaca zero.
6. A estrutura administrativa pesada com excesso de burocracia e a ausência de autonomia universitária não são compatíveis com a agilidade necessária ao atendimento das demandas relativas às atividades de pesquisa, ensino e extensão.
7. Na dificuldade de encontrar excelência para gerir os destinos institucionais, arrebanha-se as cabeças habilitadas a tal a partir dos grupos de docentes-pesquisadores deslocando-os para as atividades meio, criando lacunas graves nas atividades fins.

Urge, portanto, que diante da conta já paga e daquela que virá, que se estabeleçam programas especiais que maximizem a utilização dos recursos públicos não apenas formando mas fixando igualmente o pessoal formado, investindo em pessoal da região para a região. Sim porque a receita de trazer pessoal de fora tem se mostrado na média, extremamente ineficiente: ao primeiro sinal de emprego em torno do epicentro de produção do conhecimento que os formou, se vão com a mesma sem cerimônia com que vieram. Dois desses possíveis programas formulados enquanto propostas pela CAPES podem ser de importância capital para as correções de rota necessárias: os mestrados descentralizados e os mestrados profissionais. Estes diminuem para a metade os recursos necessários à fase de formação permitindo que a diferença economizada passasse a ser empregada na fase de fixação.

INFORMES CAPES

REGULAMENTAÇÃO DO INFOCAPES

O Boletim Informativo da CAPES - INFOCAPES publicado desde 1993, foi regulamentado por Portaria do Presidente da CAPES dando maior autonomia ao seu Conselho Editorial, que deverá ser designado pelo próprio Presidente, com mandato de dois anos.

PORTRARIA Nº 44 DE 27 DE SETEMBRO DE 1995

O Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no uso das suas atribuições, RESOLVE:

Regulamentar a publicação do Boletim Informativo da CAPES - INFOCAPES, na forma dos artigos abaixo:

TÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º - O Boletim Informativo tem por objetivo ser um veículo de divulgação das atividade da CAPES, de dados sobre a pós-graduação, bem como constituir-se em um espaço para discussão e difusão de temas e idéias relativos á pós-graduação.

TÍTULO II

DO PÚBLICO - ALVO

Art. 2º - O INFOCAPES tem como público-alvo as instituições e as pessoas com quem a CAPES interage, especialmente a administração central das Instituições de Ensino Superior - IES, as pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa, os cursos de pós-graduação, as associações profissionais e de pós-graduandos no País, os bolsistas no exterior, consultores, órgãos do Ministério da Educação e do Desporto e embaixadas.

TÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 3º - Cabe ao Editor Responsável coordenar o Conselho Editorial que tem a competência de definir e organizar as matérias a serem publicadas. Compete ao órgão de Assessoria de Comunicação da Presidência a editoração, a produção gráfica e a distribuição do Boletim.

Art. 4º - O Conselho Editorial é composto por cinco membros, com respectivos suplentes, indicados um pelo Presidente da CAPES, um pelo Diretor de Administração, um pelo Diretor de Avaliação e um pelo Díretor de Programas. O Editor Responsável do INFOCAPES é o Chefe da Divisão de Estudos e Divulgação Científica.

Art. 5º - Os membros do Conselho Editorial e seus suplentes são designados por Portaria do Presidente da CAPES, com mandato de dois anos, permitida apenas uma prorrogação, por período igual ao inicial.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º - O Boletim terá periodicamente trimestral e será por seções assim divididas:

Apresentação - de responsabilidade da Presidência, será sempre a matéria inicial do Boletim.

Estudos e Dados - destinada à divulgação de matérias sobre a pós-graduação, de interesse tanto da CAPES quanto da comunidade científica docente e discente.

Documentos - destinada à divulgação e discussão das políticas adotadas pela CAPES para a pós-graduação.

Informes CAPES - destinada a notícias sobre os programas e atividades desenvolvidas pela CAPES.

Opinião - destinada à divulgação de idéias de membros das comunidades acadêmica e científica sobre a pós-graduação.

Mercado de Trabalho Acadêmico

Oferta - divulgação da relação de pós-graduação, em fase de conclusão de curso no exterior, que não possuam vínculo empregatício, identificando área e título da dissertação/tese.

Demandas - divulgação de oportunidades de trabalho acadêmico no País.

Resenhas - destinada à divulgação de publicações recentes sobre a pós-graduação.

CAPES Responde - reservada para o esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações à comunidade acadêmica.

ABÍLIO AFONSO BAETA NEVES
Presidente

MEMBROS DO CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO DA CAPES

Estes são os nomes escolhidos pelo Conselho Superior para compor o Conselho Técnico Científico, a partir de listas tríplices elaboradas pelos representantes de área, no âmbito de cada grande área do conhecimento.

GRANDE ÁREA	REPRESENTANTE	IES
Ciências Exatas e da Terra	Oscar Hipólito (Astronomia/Física) Faruk José Nome Aguilera (Química)	USP/SC UFSC
Ciências Biológicas	Francisco Antonio Rodrigues Barbosa (Ecologia e Meio Ambiente) Gerhard Malnic (Ciências Biológicas)II	UFMG USP
Engenharias	Luiz Pereira Caloba (Engenharia IV) Valder Steffen Júnior (Engenharia III)	UFRJ UFU
Ciências da Saúde	Rubens Belfort (Medicina III) Eduardo Henrique De Rose (Fisioterapia/ Educação Física)	UNIFESP UFRGS
Ciências Agrárias	Horácio Santiago Rostagno (Zootecnia/ Recursos Pesqueiros) Newton Castagnolli (Medicina Veterinária)	UFV UNESP/
Ciências Sociais Aplicadas	Aloísio Pereira Araújo (Economia) Tânia Maria Diederichs (Administração/Turismo)	FGV/RJ UFBA
Ciências Humanas	Alice Rangel de Paiva Abreu (Sociologia) Lino Macedo (Psicologia)	UFRJ USP
Lingüística, Letras e Artes	José Luiz Fiorin (Lingüística e Letras) Sonia Gomes Pereira (Artes/Música)	USP UFRJ

Estes são os nomes dos representantes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

ENTIDADE	REPRESENTANTE	IES
Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação	Arquimedes Diógenes Ciloni	UFU
Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)	José Medeiros da Silva	PUC/SP

NOVOS REPRESENTANTES DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

O Conselho Superior da CAPES, em reunião realizada em 03/10, escolheu os representantes das áreas do conhecimento para o biênio 95/97, a partir das indicações feitas pela comunidade acadêmica. Eis a relação dos nomeados:

GRANDE ÁREA	REPRESENTANTE	IES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Keti Tenenblat (Matemática / Probabilidade) Roberto da Silva Bigonha (Ciência da Computação) Oscar Hipólito (Astronomia / Física) Faruk José Nome Aguilera (Química) Reinhardt Adolfo Fuck (Geociência / Oceanografia)	UNB UFMG USP/SC UFSC UNB
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Hermógenes de Freitas Leitão Filho (Ciências Biológicas I: Biologia Geral, Genética, Botânica, Zoologia) Francisco Antonio Rodrigues Barbosa (Ecologia e Meio Ambiente) Gerhard Malnic (Ciências Biológicas II: Morfologia, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica, Farmacologia) Antoniana Ursine Krettli (Ciências Biológicas III: Imunologia, Microbiologia, Parasitologia)	UNICAMP UFMG USP Inst. René Rachou
ENGENHARIAS	Winson Sérgio Venturini (Engenharia I: Eng. Civil; Eng. Sanitária; Eng. Transportes) Dilson Cardoso (Engenharias II: Eng. de Minas, Eng. de Materiais e Metalúrgia, Eng. Química, Eng. Nuclear). Valder Steffen Junior (Engenharias III: Eng. Mecânica, Eng. de Produção, Eng. Naval e Oceânica, Eng. Aeroespacial) Luiz Pereira Caloba (Engenharias IV: Eng. Elétrica, Eng. Biomédica, Planejamento Energético)	USP/SC UFSCAR UFU UFRJ
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Bruno Palomini (Medicina I: Clínica Médica, Cardiologia, Nefrologia, Dermatologia, Endocrinologia, Pneumologia, Gastroenterologia) Giovanni Guido Cerri (Medicina II: Infectoparassitologia, Hematologia, Reumatologia, Alergologia e Imunologia Clínica, Neurologia, Saúde Materno Infantil, Nutrição, Pediatria, Psiquiatria, Anatomia Patalógica e Patologia Clínica) Rubens Belfort Mattos Júnior (Medicina III: Cirurgia, Anestesiologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia e Urologia) Maria Fidela Lima Navarro (Odontologia) Eliezer Jesus de Lacerda Barreiro (Farmácia) Maguida Costa Stefaneli (Enfermagem) Maurício Lima Barreto (Saúde Coletiva) Eduardo Henrique de Rose (Fisioterapia e Terapia Ocupacional / Educação Física)	UFRGS USP EPM USP/FOB UFRJ USP UFBA UFRGS

GRANDE ÁREA	REPRESENTANTE	IES
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Fabiano Pereira do Vale (Ciências Agrárias I: Agronomia, Rec. Florestais e Eng. Florestal, Eng. Agrícola) Horácio Santiago Rostagno (Zootecnia/Recursos Pesqueiros e Eng. de Pesca) Newton Castagnolli (Medicina Veterinária) Nelcindo Nascimento Terra (Ciência e Tecnologia dos Alimentos)	UFLA UFV UNESP UFSM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Ricardo Cesar Pereira (Lira Direito) Tânia Maria Diederichs Fisher (Administração/ Turismo) Aloisio Pessoa de Araújo (Economia) Marco Aurélio Andrade Figueiras Gomes (Arquitetura e Urbanismo) Suzana Pasternack Taschner (Planejamento Urbano e Regional/ Demografia) Eduardo Penuela Canizal Ciências Sociais (Aplicadas I: Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Desenho Industrial) Nabuco Kameyama (Serviço Social/ Economia Doméstica)	UERJ UFBA FGV/RJ UFBA USP USP UFRJ
CIÊNCIAS HUMANAS	Ivan Domingues (Filosofia/Teologia) Alice Rangel de Paiva Abreu (Sociologia) Cláudia Lee Willians Fonseca (Antropologia/Arqueologia) Margarida de Souza Neves (História) Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (Geografia) Lino de Macedo (Psicologia) Mirian Jorge Warde (Educação) Maria Hermínia Tavares de Almeida (Ciências Políticas)	UFMG UFRJ UFRGS PUC/RJ UFBA USP UFCE USP
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	José Luiz Fiorin (Lingüística/ Letras) Sonia Gomes Pereira Artes/Música	USP UFRJ

A PÓS- GRADUAÇÃO E O MERCOSUL

Realizou-se na CAPES, nos dias 24 e 25/10 a reunião do Grupo de Trabalho para estudo do tema “A Pós-Graduação nos países que integram o Mercosul”.

Como resultado desta reunião, foi elaborado o Protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os países do Mercosul.

Este protocolo prevê dentre outras as seguintes ações:

- Formação e aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores com o objetivo da consolidação e ampliação da pós-graduação regional;
- Criação de um sistema de intercâmbio entre as instituições, pelo qual os docentes e pesquisadores, trabalhando em áreas comuns de pesquisa, propiciem a formação de recursos humanos, no âmbito dos projetos específicos;
- Troca de informações científicas e tecnológicas, de documentação especializada e de publicações;
- Estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da Pós-Graduação.

Para este efeito as partes estarão empenhadas igualmente em promover projetos temáticos amplos, de caráter integrativo, a serem executados bilateralmente ou multilateralmente. Os mesmos serão definidos por documentos oficiais específicos, devendo enfatizar a formação de recursos humanos, além da contribuição decisiva para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de interesse regional.

NOVOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

O Grupo Técnico Consultivo (GTC) recomendou neste segundo semestre, 41 cursos de Mestrado e 16 cursos de Doutorado.

A seguir, a lista dos novos cursos de mestrados e doutorados que passam a integrar o sistema nacional de pós-graduação, podendo contar com o apoio das agências de fomento e com o acompanhamento e avaliação da CAPES.

1. Cursos Recomendados na reunião de 07/11/95

Odontologia (Prótese Parcial Fixa) / UNESP/SJC (Mestrado)
Odontologia (Deontologia e Odontologia Legal) / USP (Mestrado)
Clínica Médica / UNICAMP (Mestrado e Doutorado)
Educação Física / UFSC (Mestrado)
Educação Matemática / UNESP/RC (Doutorado)
Psicologia / UFGRS (Doutorado)
Filosofia / PUC (Mestrado)
História / UNESP/ASSIS (Doutorado)
Ciências Morfológicas / UERJ (Mestrado e Doutorado)
Ciências Biológicas (Morfologia) / UNICAMP (Mestrado)
Zoologia / UFPA (Mestrado)
Ciências Biológicas (Microbiologia) / UNICAMP (Mestrado)
Química Inorgânica / UERJ (Mestrado e Doutorado)
Informática / PUC/RS (Mestrado)
Matemática / UFGRS (Mestrado)
Estatística / UFPE (Mestrado)
Geodinâmica e Geofísica / UFRN (Mestrado)
Comunicação / UFGRS (Mestrado)
Direito / PUC/RC (Mestrado)
Biotecnologia / UFSC (Mestrado)
Tecnologia / CEFET (Mestrado)
Saúde e Ambiente / UFMT (Mestrado)

2. Cursos recomendados na reunião de 07.12.95

Cirurgia / UNICAMP (Mestrado e Doutorado)
Cirurgia / UFC (Mestrado)

Cirurgia(Pediátria) / UNIFESP (Mestrado e Doutorado)
Medicina (Endocrinologia) / UFRGS (Mestrado e Doutorado)
Medicina Tropical / UNB (Doutorado)
Medicina (Pediatría) / UFRGS (Doutorado)
Radiologia / USP (Doutorado)
Medicina (Hepatologia) / FFFCMPA (Mestrado)
Fisiologia / UFPE (Mestrado)
Educação / UFPEL (Mestrado)
Ecologia e Conservação / UFMS(Mestrado)
Física / UEL (Mestrado)
Matemática Aplicada / UFRGS (Mestrado)
Química / USP/RP (Mestrado)
Ciência da Computação / UFF (Mestrado)
Arquitetura e Urbanismo / UNB (Mestrado)
Desenvolvimento Econômico / UFU (Mestrado)
Medicina Veterinária (Sanidade Animal) / UFGO (Mestrado)
Agronomia (Estatística e Experimentação Agropecuária) / UFLA (Mestrado)
Medicina Veterinária / UFV (Mestrado)
Agronomia / FUEM(Mestrado)
Agronomia / UFC (Doutorado)
Computação Aplicada e Automação / UFF (Mestrado)
Engenharia Química / UFRGS (Mestrado)
Engenharia Civil / UFPE (Mestrado)
Engenharia Mecânica / EFEI (Doutorado)
Tecnologia de Proc. Químicos e Bioquímicos / UFRJ (Doutorado)
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos / UNB (Mestrado)
Engenharia Elétrica / PUC/RS (Mestrado)

PROGRAMA RH-METROLOGIA

O Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Metrologia (RH-Metrologia), resultado de uma ação conjunta CAPES, Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), objetiva consolidar um programa nacional de bases permanentes para formação e capacitação de recursos humanos em Metrologia. O Programa beneficia-se de uma ampla articulação política e mobilização multi-institucional, em áreas interdisciplinares, em diferentes níveis de formação acadêmica e profissional, objetivando agregar competências e capacitações laboratoriais e institucionais, brasileiras, estrangeiras e internacionais, em ciência estratégica e estruturante da competitividade brasileira.

O RH-Metrologia objetiva lançar as bases de uma ação programática para atender à crescente demanda em Metrologia, num contexto caracterizado por:

- uma política industrial de acelerada inserção competitiva que reflete novas demandas por Metrologia, notadamente em alguns setores críticos mais carentes, como decorrência de profundas transformações de natureza política e geo-econômica no panorama mundial;
- uma ação regulatória mais ativa dos agentes econômicos envolvidos com a questão da Metrologia;

- iniciativas para imprimir uma cultura metrológica na sociedade, privilegiando, notadamente, ações de preservação da soberania nacional relacionadas à proteção das divisas do País, desenvolvimento do conceito de cidadania, em particular aqueles ligados à educação para o consumo e de proteção aos direitos do consumidor e
- aprofundamento do conhecimento e criação de competência técnica para promover o desenvolvimento das ciências das medições e de padrões metrológicos necessários ao País, em áreas de interesse da indústria, da saúde, do meio ambiente e de defesa do cidadão.

Pela sua complexidade, abrangência e aplicabilidade, um programa de formação de recursos humanos em Metrologia requer não apenas o caráter profissionalizante de uma ação interativa multidisciplinar, conhecimento das capacitações laboratoriais, da hierarquia e legislação metrológica internacional, como ainda treinamento e capacitação científica adequada.

É nesse contexto que CAPES, CNPq e INMETRO somam esforços para complementar os recursos disponibilizados pelo PADCT e unem-se na formulação do edital do Programa RH-Metrologia, disponível, desde 20 de dezembro de 1995, na internet no endereço <<http://www.capes.gov.br/rhmet.htm>>, sendo o prazo de entrega das propostas dia 15 de março de 1996. O edital, subdividido em três chamadas, contempla apoio financeiro para a estruturação de cursos de Pós-Graduação em Metrologia, consolidação de linhas de pesquisa em Metrologia, em cursos de Pós-Graduação existentes e, no âmbito dessas linhas, apoio a projetos específicos.

PROGRAMA PROIN

O Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (PROIN), que teve sua primeira edição encerrada no dia 20 de outubro de 1995, tem por objetivo a melhoria do ensino de graduação, com ênfase nas disciplinas que envolvam estudantes na fase inicial dos cursos, através de projetos centrados numa estreita articulação entre as áreas de pós-graduação e de graduação.

Os grandes avanços ocorridos nas atividades de pesquisa e de pós-graduação em muitas universidades brasileiras têm trazido em geral poucos benefícios ao ensino de graduação. Contribuem para isso de um lado as exigências e as compensações das atividades de pesquisa e, de outro, a falta de recursos e a ausência de formas autônomas, flexíveis e diferenciadas de atuação que caracterizam, freqüentemente, o ensino de graduação. O resultado é, não raro, uma atitude de mínimo comprometimento possível dos pesquisadores com esse ensino. O presente Programa oferece recursos financeiros para viabilizar ações articuladas e vigorosas de equipes voltadas à melhoria do ensino de graduação.

São de interesse projetos inovadores para o ensino de graduação em termos de currículos, metodologias de ensino, tecnologias recentes, incorporação de avanços científicos e perspectivas interdisciplinares, organização e utilização de laboratórios e outros ambientes ou salas especiais para ensino. Podem ser abordados um conjunto de disciplinas inter-relacionadas ou uma disciplina individual. O termo “currículo” é usado em sentido amplo, incluindo não só o conteúdo instrucional mas também os modos e contextos de ensino e de aprendizagem.

A apresentação de projetos, no âmbito deste Programa, referentes a disciplinas básicas dos cursos de engenharia (como Matemática, Física, Química), corresponde ao atendimento ao Edital de Adesão ao REENGE 01/95-96.

PROGRAMA APARTES

A CAPES lançou, com recital de Miguel Proença no Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, o Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior - APARTES. Este programa visa proporcionar a oportunidade de aperfeiçoamento no exterior de jovens artistas, em início de carreira nas áreas de música, dança, teatro, cinema e artes plásticas em instituições de indiscutível renome internacional.

Em 1996, a CAPES estará destinando 50 (cinquenta) bolsas ao Programa.

Os candidatos poderão ser artistas brasileiros ou estrangeiros radicados no Brasil com visto permanente, em início de carreira, com curso completo na área de atuação em instituição pública ou privada de reconhecida qualidade.

BOLSA:

- A bolsa terá duração mínima de 7 (sete) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses;
- Mensalidades: US\$ 1,100.00 (hum mil e cem) dólares;
- Auxílio Instalação: US\$ 1,100.00 (hum mil e cem) dólares, uma única vez;
- Seguro Saúde: US\$ 125.00 (cento e vinte e cinco) dólares mensais, como limite máximo, durante o período de duração da bolsa;
- Passagem aérea em companhia nacional;
- Taxas do curso.

CALENDÁRIO:

- Período de Inscrições: 30.11.95 a 15.02.96
- Julgamento dos candidatos: março de 1996
- Entrevistas com candidatos: abril de 1996
- Divulgação dos resultados: maio de 1996
- Implementação da bolsa: setembro de 1996

MERCADO DE TRABALHO ACADÊMICO OFERTA

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Otávio Augusto Salgado Carpinteiro

University of Sussex

Área /Nível: **Sistema de Computação** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “A Hybrid System to Recognize Fugue Technique”

Endereço: 47, Erroll Road

Hove East Sussex - BN3 4QS - Grã-Bretanha

Paulo Jorge Leitão Adeodato

King's College (U. London)

Área /Nível: **Matemática** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Endereço: Department of Mathematics

King's College London

Strand London - WC2R 2LS - Grã-Bretanha

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Adlane Vilas Boas Ferreira

University of Victoria

Área /Nível: **Mutagenese** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Caracterização dos Reguladores de Tipo de Acasalamento em “Neurospora” e sua Interação com Genes Envolvidos no Desenvolvimento “Sexual””

Endereço: Biotech. Lab. - UBC

Vancouver, B.C - V6T 1Z1 - Canadá

ENGENHARIAS

César Roberto de Faria Azevedo

Imperial college Science, Technology and Medicine (U.London)

Área /Nível: **Engenharia de Materiais e Metalúrgica** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Desenvolvimento de Ligas de Titânio Contendo Silício”

Endereço: Imperial College of Science, Technology and Medicine, Royal School of Mines

Department of Material Sciences

London - SW7 - Grã-Bretanha

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Regina Casz Schechtman

Guy's Hospital Medical School (U.London)

Área /Nível: **Medicina** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "A Imunidade Epidérmica na Resistência do Hospedeiro e em Infecções Secundárias - Um Estudo com Pacientes de Hanseníase"

Endereço: Departament of Dermatology Guy's Hospital

London - SE1 9RT - Grã-Bretanha

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Mario Sergio Rodrigues

Wye College (U.London)

Área /Nível: **Fitossanidade** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "Investigations Into the Agronomic Potential of Organic Wastes Recycled by High Temperature Composting Processes"

Endereço: C/O Middle Common Room WYE College

WYE, Ashford Kent - TN 25 5AH - Grã-Bretanha

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Mauricio Antonio Rocha Borges

University of Bristol

Área /Nível: **Direitos Especiais** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: " Importação e Exportação da Comunidade Econômica Européia"

Endereço: 9 A, Beaufort Road Clifton

Bristol - BS8 2 JU - Grã-Bretanha

Neander Furtado Silva

University of Strathclyde

Área /Nível: **Arquitetura e Urbanismo** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "Auxílio de Computadores em Projeto de Arquitetura Baseado em Precedentes"

Endereço: 118 Milhouse - Drive - Kelvindale

Glasgow - G20 OUF - Grã-Bretanha

CIÊNCIAS HUMANAS

Sebastiana Gomes Lisboa

Université de Toulouse - Mirial - Toulouse II

Área /Nível: **História Moderna e Contemporânea** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "Artistes, Intellectuels Et Engagements politique - Cinema Novo "Et Les Mouvements de L'Art Tranformateur au Brésil Dans Les Années 60""

Endereço: Rue de La Mairie St. Genies Des Mourgues Castries
Montpellier - 34160 - France

Paulo Roberto de Carvalho Alcântara

University Vanderbilt

Área /Nível: **Educação Especial** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "Video - Based Anchored Instruction Versus In-Vivo, Instruction on Independent Job Performance of Students With Disabilities"

Endereço: Peabody College Box Apt. 371
Nashville, TN 37203 - USA

Marco Morel

Université Pantheon - Sorbone - Paris I

Área /Nível: **História Moderna e Contemporânea** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "La Formation de L'Espace Public Moderne à Rio de Janeiro (1820 - 1840): Opinion et Sociabilités"

Endereço: 54, Rue Nationale
Paris - 75013 - France

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

Monica Tagliaferri Avila Furtado

University of York

Área /Nível: **Literaturas Estrangeiras Modernas** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: "Literatura Feminina Moderna. Uma Leitura Intertextual de Virginia Woolf e Clarice Lispector"

Endereço: Rear Flat
331 Chapeltown Road
Chapel Allerton
Leeds - LS7 3LL Grã-Bretanha

Rafael Cardoso Denis

Courtauld Institute of Art (U. London)

Área /Nível: **Fundamentos e Críticas das Artes** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “O Ensino do Desenho Industrial no Século XIX; Modelos Comparados”

Endereço: 36 Fenwick Road

London - SE15 4HW - Grã-Bretanha

MERCADO DE TRABALHO ACADÊMICO DEMANDA

Semiologia Veterinária

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

Vagas: 01

Informações: Secretaria da Diretoria da Escola de Veterinária da UFMG

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627

Caixa Postal 567 - 30161-970

Belo Horizonte - MG

Fone: (031) 441-4597

Fax: (031) 441-6978

Patologia Clínica

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

Vagas: 01

Informações: Secretaria da Diretoria da Escola de Veterinária da UFMG

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627

Caixa Postal 567 - 30161-970

Belo Horizonte - MG

Fone: (031) 441-4597

Fax: (031) 441-6978

Doenças a Vírus

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

Vagas: 01

Informações: Secretaria da Diretoria da Escola de Veterinária da UFMG

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627

Caixa Postal 567 - 30161-970

Belo Horizonte - MG

Fone: (031) 441-4597

Fax: (031) 441-6978

Saneamento

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

Vagas: 01

Informações: Secretaria da Diretoria da Escola de Veterinária da UFMG

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627

Caixa Postal 567 - 30161-970

Belo Horizonte - MG

Fone: (031) 441-4597

Fax: (031) 441-6978

CAPES RESPONDE

Minha instituição deve ser, pela primeira vez, contemplada com apoio da CAPES. Sei que a assinatura de um primeiro convênio entre instituições demanda um tempo de negociação ou acordo que pode ser relativamente longo. Como as aulas do curso a ser apoiado têm seu início fixado para 5 de fevereiro próximo, pergunto “esta instituição poderá, com recursos próprios, antecipar pagamentos referentes às despesas de custeio e ao pagamento das bolsas que lhe serão concedidas por essa Agência e ser posteriormente resarcida desses gastos quando lhe forem repassados os recursos do convênio em questão”

Não. Este tipo de solução não pode ser adotada. A legislação federal é clara a este respeito: os recursos assegurados por um convênio, respeitadas as cláusulas por ele estabelecidas e o previsto no Plano de Atendimento que o fundamenta, somente poderão ser aplicados em despesas realizadas a partir da data de vigência do instrumento legal em questão que, em nenhuma hipótese, se referirá a data anterior à de sua assinatura.

Sugerimos que entre em contato com o SCPC / DOF (fone: (061) 322-6248), para se instruir sobre a documentação que deverá apresentar para a assinatura do convênio, antecipando providências que facilitarão a formalização da concessão, e com a Coordenadoria responsável pelo apoio concedido à sua instituição, para efetuar os acertos finais que, porventura, possam ainda ser necessários.